

JORGE TULA

*A lei da acumulação
e do colapso do
sistema capitalista*

INSTITUTO ASTROJILDO PEREIRA
INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIAIS
E TECNOLÓGICAS

Henryk Grossmann nasceu em Cracóvia — então parte da Galícia austríaca — em 14 de abril de 1881. Filho de um proprietário de minas, pertencente a uma rica família judia, depois de freqüentar um instituto de ensino médio de orientação humanística de sua cidade natal estudou ciências jurídicas, economia, política e história da economia em Cracóvia e Viena, nesta última cidade com Eugen Böhm-Bawerk. Paralelamente ao estágio exigido para poder trabalhar profissionalmente, iniciou, entre 1908 e 1914 — orientado por Carl Grünberg —, uma ampla investigação a respeito da política econômica levada a cabo pela Áustria na Galícia, depois que foi por ela ocupada no decorrer da primeira divisão da Polônia.

Ao contrário da maioria dos historiadores poloneses que manifestam uma aberta hostilidade para com a Áustria, por considerá-la responsável pelo atraso da Galícia, os resultados de suas investigações permitiram-lhe destacar os esforços e as conseqüências que teve a política mercantil praticada pela Áustria para o desenvolvimento do comércio e da indústria galiciana.

Depois de lutar como oficial de artilharia durante os anos iniciais da guerra, pôde, se bem que parcialmente, retomar suas investigações, pois o prestígio conseguido com suas publicações permitiu-lhe ocupar vários cargos na administração austríaca em Lublin, até que se deu o colapso do império dos Habsburgo em 1918. Ao terminar a guerra, uma vez reconstituído o Estado polonês, e convertido obrigatoriamente a cidadão desse país, foi dada a Grossmann a supervisão do primeiro estudo estatístico da riqueza nacional e, pouco depois, planejou e dirigiu o primeiro censo da população que se realizou na República da Polônia.

Nesse mesmo ano, contudo, já convertido ao socialismo, abandonou a função pública para dedicar-se com exclusividade à atividade científica na Escola Superior Livre da Polônia, com sede em Varsóvia, onde ocupou inicialmente a cátedra de estatística e, a partir de 1922, a de economia. Se bem que nos anos posteriores se dedicasse de preferência a alguns estudos empíricos, simultaneamente, e cada vez com maior intensidade, Grossmann se orientou, “aparentemente sob a influência dos trabalhos de Marx (alguns dos quais foram traduzidos e comentados por ele), para a teoria econômica e sua história”.¹

Em 1925 foi preso preventivamente em virtude de suas manifestas simpatias para com a União Soviética. E se bem que seja difícil precisar se Grossmann desenvolveu ou não alguma atividade política partidária, o fato de sua prisão permitiria suspeitar que se inclinasse mais para o partido comunista do que para a social-democracia polonesa. Foi exatamente nesse ano que seu antigo mestre, Grünberg, naquele tempo diretor do recém-fundado Instituto de Investigação Social da Universidade de Frankfurt, o ajudou em sua incorporação a esse instituto, onde Grossmann iniciará seu período mais produtivo até culminar com seu famoso tratado sobre o colapso do sistema capitalista.

Com a ascensão dos nazistas ao poder, em 30 de janeiro de 1933, a sorte de uma organização declaradamente marxista, onde trabalhavam homens de ascendência judaica — pelo menos segundo os critérios nazistas —, tinha que ser obvi-

* Traduzido de “Prefácio” em Henryk Grossmann, *La ley de la acumulación e del derrumbe del sistema capitalista* (2ª edição, México: Siglo Veintiuno Editores, 1984), pp. VII-XXXIX. Tradução: Antonio Roberto Bertelli.

amente sombria. Grossmann viu-se, pois, novamente obrigado a emigrar. Do mesmo modo que os demais membros do Instituto, refugiou-se em Paris por três anos, logo se mudando para Londres — onde passou com dificuldades o ano de 1937 —, até que finalmente desembarcou em Nova York no final desse mesmo ano.

Se bem que continuasse pertencendo ao Instituto, Grossmann (a quem Jay descreve como um “homem de enorme erudição, com um conhecimento prodigioso da histórica econômica”, a respeito do qual “muitos dos que o conheceram lembram-se dele como sendo a encarnação do acadêmico centro-europeu: sóbrio, meticuloso e cavalheiresco”)² não só não participou de suas investigações coletivas — salvo um comentário ao livro de Franz Borkenau sobre a transição da concepção de mundo feudal à concepção burguesa e algumas outras resenhas ocasionais — como sua obra deixou de ser publicada na *Zeitschrift für Sozialforschung*. Talvez convenha recordar que, com a morte de Carl Grünberg, em 1930, depois de 20 anos de publicação regular, com a designação de Max Horkheimer como diretor do Instituto, o *Grünbergs Archiv* — que servira de veículo para uma diversidade de pontos de vista diferentes tanto dentro como fora do Instituto e que mostrava o enraizamento de Grünberg no seio do marxismo austríaco — deixou de aparecer. Foi nessa circunstância que a *Zeitschrift* veio à luz, procurando atender à necessidade de uma publicação que fosse mais exclusivamente a voz do Instituto.

Último membro da geração de Grünberg, Grossmann foi se afastando cada vez mais de seus antigos companheiros, não só porque sua concepção do marxismo o tornou cada vez mais crítico em relação à “teoria crítica”, mas, possivelmente, desgostoso com algumas atitudes do Instituto em sua vida no exílio. É que, com a mesma atitude que se observou em relação a Walter Benjamin (o círculo da *Alternative* afirmou que a sua obra foi alterada e inclusive censurada em aspectos fundamentais por seus editores de Nova York), e certamente em consequência da insegurança que sentiam em seu exílio nos Estados Unidos e para não pôr em risco a posição do Instituto, na *Zeitschrift* fazia-se uso de uma linguagem pelo menos esotérica, na crença de que, dessa maneira, seriam protegidos da perseguição política. Assim, do título da obra maior de Grossmann, *A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista*, deliberadamente retiravam, cada vez que a mencionavam, a expressão “do colapso”, da mesma maneira que nos textos de Benjamin “fascismo” é substituído por “doutrina totalitária”, “comunismo” por “forças construtivas da humanidade” ou “guerra imperialista” se converte em “guerra moderna”.

Na última etapa de sua vida Grossmann dedicou preferencialmente a atenção ao estudo dos críticos do capitalismo anteriores a Marx, sem abandonar o âmbito da indagação marxiana. Em 1949 abandonou seu exílio nos Estados Unidos para aceitar o convite para ocupar a cátedra de política econômica na Universidade de Leipzig. A se acreditar na secretária do Instituto, Alice Maier, Grossmann lhe comunicou sua desilusão em Leipzig, no breve período anterior à sua morte, ocorrida aos 69 anos, em novembro de 1950.

A conturbada vida de Grossmann “pode ser dividida — segundo Hennings — em duas grandes partes, em cuja linha divisória se colocam, como dado exterior, o fim da Primeira Guerra Mundial, e, como dado interior, sua transformação de insigne historiador austríaco em insigne teórico do marxismo. Quase todos os seus trabalhos de história econômica pertencem ao primeiro período; suas investigações a propósito da teoria marxista, de seus predecessores e de sua história, pertencem ao segundo”.³

O aparecimento de *Das Akkumulationsund Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems* (A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista) coincide com a irrupção da crise econômica mundial de 1929 e só por esse fato adquire particular relevância. Até o momento de sua publicação, a “teoria das crises e do colapso” havia sido objeto de diversas controvérsias, se bem que, como salientará Grossmann, essas diferentes posições resultarão contraditórias somente em aparência. O certo é que desde os últimos anos do século passado esse tema é amplamente discutido no âmbito da reflexão marxista. Agora, para uma melhor compreensão dos termos em que se desenvolveu a polêmica, é mais do que útil a periodização efetuada por Giacomo Marramao em seu magnífico trabalho “Teoria do colapso e capitalismo organizado nas discussões do ‘extremismo histórico’”, onde afirma que “é possível distinguir três fases da *Zusammenbruchstheorie*”: 1) a primeira delas é a da teoria do colapso que define como “clássica da Segunda Internacional” e que, desenvolvida a partir da década de 1890, tem sua melhor expressão na exposição feita por Heinrich Cunow na *Die Neue Zeit*, na qual se omite a distinção “entre lado objetivo e lado subjetivo da exposição marxiana da crise, pelo que não se vacila a atribuir a Marx o ingênuo catastrofismo criticado por Bernstein”; 2) a segunda fase começa em 1905 com o debate a respeito do papel que deve ser desempenhado pela greve de massa na “organização proletária em relação à dinâmica da crise imperialista”. É nesse período e nessa circunstância que surge a alternativa “colapso ou revolução”, ou seja, a discussão a respeito de se é ou não compatível uma teoria do colapso com uma perspectiva ativista revolucionária. Essa fase chegaria, segundo Marramao, ao redor de 1924, isto é, até o *Stabilisierungsperiode* (período de estabilização), não sem antes incluir os começos do chamado “marxismo ocidental”; 3) esta última fase, “que coincide com o refluxo e, depois, com a derrota do movimento operário europeu”, inicia-se em meados da década de 1920 e culmina com o debate “sobre a crise e o capitalismo de Estado que se desenvolve entre os anos vinte e os anos trinta”. Dessa fase diz Marramao que “é emblematicamente expressa pelo esclerosamento da teoria catastrofista na Internacional Comunista, por um lado, e pelo desenvolvimento e complementaridade da teoria do ciclo ‘no campo burguês’, por outro” e que se distinguiria da fase precedente na “queda (determinada pela *débâcle* do movimento de classe) do debate sobre a tática, que subordinava a teoria do colapso a uma contra-senha política; daí a impressão de uma maior separação da política, diretamente proporcional à exigência de um enfoque científico-preditivo das tendências de desenvolvimento do modo de produção capitalista”. Nas melhores produções teóricas e analíticas, termina afirmando Marramao, “essa atitude produzirá um enfrentamento cerrado e fecundo com o pensamento econômico burguês — Keynes em particular — e com a problemática do intervencionismo estatal”.⁴

Agora, se é certo que a presença permanente da alternativa “colapso ou revolução”, durante os distintos momentos do desenvolvimento do marxismo, passou à categoria de dado adquirido pela mais moderna historiografia do movimento operário, contudo, o que todavia não foi perfeitamente esclarecido é a maneira como, na periódica recolocação de suas diversas expressões teóricas, os dois segmentos dessa alternativa atravessam diagonalmente o quadro das posições políticas, reunindo amiúde sob um denominador comum posições ou correntes heterogêneas e, ocasionalmente, inclusive opostas. Daí — continua dizendo Marramao — nossa convicção sobre o caráter desorientador — para uma correta compreensão histórica dos momentos cruciais do movimento operário ocidental

e, em conseqüência, para uma atualização teórica da estratégia para o socialismo nos países de capitalismo desenvolvido — do esquema interpretativo que reduz esse quadro ao choque entre social-democracia e leninismo e, tanto no sentido geral como dentro de cada uma das duas “áreas”, à reprodução tão estéril como mítica do cisma entre alma reformista e alma revolucionária.³

Por último, convém destacar que inclusive as posições da esquerda radical, no que se refere à problemática sempre atual do destino do capitalismo, estavam longe de se aproximar da homogeneidade. Basta recordar a respeito as profundas e radicais diferenças entre Rosa Luxemburg e o destacado teórico do comunismo de esquerda que se chamava Anton Pannekoek.

É justamente a complexidade de toda essa problemática que leva Marramao a registrar três aspectos que, no seu entendimento, são de fundamental importância e que haviam passado despercebidos. O primeiro deles é o das coincidências e entrecruzamentos entre certas posições do comunismo de esquerda e certas “variantes” da Segunda Internacional. O segundo faz referência à não-univocidade da teoria do colapso, de cuja sorte deveria falar-se somente levando-se em conta sua relação com os diferentes momentos históricos da dialética entre desenvolvimento capitalista e movimento operário “[...] nas quais não só desempenha papéis diversos unindo-se a posições políticas às vezes inclusive opostas, mas que se transforma em sua própria configuração interna, assumindo distintos ‘estatutos’ epistemológicos e diferentes modalidades de enfoque do tema da crise”.⁶ Finalmente, o terceiro aspecto mostra “a mudança de função do *momento teórico*” da análise do sistema capitalista e de suas tendências de desenvolvimento a partir das reflexões do setor mais lúcido do chamado comunismo de esquerda.

A publicação de *Die Voraussetzung des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia), de Eduard Bernstein, inicia, em 1899, a controvérsia sobre a teoria do colapso, que se intensificaria pouco depois, durante o transcurso do *Bernstein-Debatte*. O dirigente social-democrata expressava que, apesar do que afirmara Marx no *Manifesto do partido comunista*, não se deram a agudização e a reiteração das crises, nem muito menos o agravamento da situação da classe operária previsto nesse texto. Tampouco se manifestou a concentração do capital com a intensidade originariamente prognosticada. E mais ainda, a teoria das crises formulada n’ *O capital* é incompleta e inclusive contraditória: por acaso Marx, diz Bernstein, que combatia a teoria subconsumista das crises de Rodbertus, não adota, em vários pontos, a mesma teoria? O certo é que, contrariamente ao afirmado por Marx, deve-se pontualizar uma tendência ao enfraquecimento das crises e uma melhoria da situação dos trabalhadores. Por outro lado, em vez de manifestar-se uma tendência para uma mais intensa concentração do capital, pareceria, muito mais, dominar uma outra: a do aumento e da melhoria das pequenas e médias empresas. E a tudo isso deve-se agregar que o capital das grandes empresas se divide entre múltiplos proprietários devido ao desenvolvimento da emissão de ações. Se é assim, a experiência não pode deixar de mostrar a existência de uma tendência para a melhoria das condições sociais do capitalismo e, como conseqüência necessária disso, a falta de fundamento para uma teoria do colapso. Toda a tática revolucionária deverá, então, ser substituída por aquela que tenta introduzir o socialismo de forma progressiva, isto é, através da eliminação pacífica e gradual dos males do capitalismo. A isso Bernstein chamava de modernização e revisão do marxismo.

Tugan-Baranovski, no dizer de Grossmann “o verdadeiro teórico do revisionismo e do neo-harmonicismo”, cujas concepções influíram decisivamente no pensamento dos teóricos social-democratas alemães, fez sua, se bem que com algumas reservas, a teoria do equilíbrio que deriva de Jean-Baptiste Say, segundo a qual, com uma repartição proporcional da produção social, a oferta de mercadorias deve coincidir com a demanda. E é precisamente à maneira de Say que interpreta os esquemas de Marx. Aludindo aos esquemas de Marx modificados por ele (Tugan), diz: “Os esquemas citados deviam provar até a evidência [...] o princípio de que a produção capitalista cria para si mesma um mercado”.⁷ As diferentes esferas da produção, quando essa se amplia, criam simultaneamente novas possibilidades de colocação para si. Nem mesmo a diminuição do consumo social — como conseqüência do avanço da técnica e a conseguinte substituição do trabalho humano por parte das máquinas — levaria à superprodução. É que no lugar do consumo humano, com a ampliação da produção, aparece o consumo produtivo, isto é, uma maior demanda de meios de produção. E, segundo Tugan, os fatos nada mais fazem que confirmar a análise teórica: por acaso o desenvolvimento capitalista moderno não mostra uma grande expansão das indústrias de meios de produção (indústria de mineração, química, etc.), cujos produtos não entram no consumo humano, enquanto que os ramos da produção que satisfazem diretamente este último (a indústria têxtil, por exemplo), se encontram praticamente paralisados em seu desenvolvimento?

O limite absoluto para a expansão da produção são as forças produtivas de que a sociedade dispõe. Ao contrário, o capital nunca poderia alcançar esse limite, na medida em que a ampliação da produção se dê proporcionalmente em todos os ramos da produção. Em sua tentativa para demonstrar a possibilidade de uma acumulação ilimitada, Tugan usa os esquemas de reprodução formulados no tomo II de *O capital*, segundo os quais — de acordo com a leitura que faz deles — é possível uma reprodução global do capital, progressiva e à margem das crises, sempre que sejam observadas as proporções necessárias em cada uma das esferas e ramos de produção. O fato de que a anarquia da economia transgrida essas proporções e dê origem a crises não autoriza a afirmar a impossibilidade objetiva da acumulação progressiva. É possível então o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas capitalistas. “A economia capitalista não poderia ser derrubada por razões econômicas”, dirá Tugan. Por absurdo que pareça “ao sadio senso comum”, “é possível que o volume total do consumo social possa diminuir e ao mesmo tempo crescer a demanda social total de mercadorias”.⁸ A acumulação de capital social terá como conseqüência uma restrição da demanda social de meios de consumo e simultaneamente um aumento da demanda social total de mercadorias.

Em sua interpretação dos esquemas marxianos Tugan fará algumas modificações: por um lado, “esquecerá” que nos esquemas o progredir da acumulação carrega em si um constante crescimento do consumo social e, por outro, incorporará um fator que não se leva em conta nos esquemas do tomo II, a saber: a lei da crescente composição orgânica do capital. Tudo isso o levará a afirmar que o progresso técnico traz paralelamente uma importância cada vez maior da máquina em detrimento do trabalho vivo, pelo que o operário não só passa a um segundo plano mas que, conseqüentemente, o consumo do operário aparece como “um mero fator do processo da reprodução e da circulação do capital”.⁹ Mas se se trata de esquecimentos, o principal deles é o de “não recordar” a teoria do valor que se encontra na base da

teoria marxiana da acumulação. Ou, o que dá no mesmo, faça sua a teoria subjetiva do valor, própria da economia burguesa. Não por outra coisa afirmava:

Não utilizo a terminologia habitual de Marx (capital constante, capital variável, mais-valia) porque não estou situado no terreno da teoria da mais-valia de Marx. Em minha opinião — continua Tugan —, na criação da mais-valia — isto é, da renda — não há diferença alguma entre a força de trabalho humana e os meios de trabalho inanimados. Existe o mesmo direito para qualificar de capital variável tanto a máquina como a força de trabalho humana, já que ambas produzem mais-valia.¹⁰

A teoria marxiana do valor torna-se supérflua para a comprovação da mais-valia. Por sua vez, a mais-valia não seria somente o produto dos assalariados empregados, mas um resultado de toda a sociedade como uma unidade. Assim é que a deficiência da sociedade capitalista consistiria em que os proprietários se tornam donos dessa mais-valia. Essa é a razão de que o fim desse injusto sistema só terá lugar por razões éticas.

Em *Fundamentos teóricos do marxismo*, no capítulo dedicado à teoria do colapso, ele afirmará que “a envoltura capitalista da sociedade moderna não pode ser derrubada, nem sequer em condições que parecessem fazer fracassar qualquer objetivo racional da economia”, razão pela qual se deve descartar “decidida e totalmente a teoria do colapso”. Imediatamente depois esclarece que não está em suas intenções “afirmar com isso que o capitalismo possa contar com uma vida ilimitada”, pois reconhece “a existência, no sistema econômico capitalista, de uma contradição interna insolúvel, que deve levá-lo de forma fatal (ainda que não economicamente) à sua perdição. Essa contradição consiste em que a economia capitalista converte o homem que trabalha em um mero meio econômico e ao mesmo tempo conduz à difusão do conceito jurídico que vê o fim supremo em si mesmo na pessoa humana”.¹¹ E é precisamente a contravenção dessa norma ética suprema — a norma ética kantiana segundo a qual o homem existe como fim em si mesmo — que permitirá que o capitalismo seja destruído pela decisão consciente dos homens, destruído pela classe explorada pelo capital: o proletariado.

Rudolf Hilferding discorda de Tugan a respeito de que os esquemas demonstravam, sempre que se guardassem as proporções, a possibilidade de uma acumulação ilimitada de capital. Contudo, concordava com ele (e com Marx) na afirmação de que a produção depende da valorização do capital e não do consumo. É verdade que de alguma maneira tenta não eludir a presença do subconsumo, afirmando que “as condições de exploração do capital se opõem à ampliação do consumo”, mas, como nota Paul Mattick, rapidamente retira a afirmação quando escreve poucas linhas depois que “o caráter periódico da crise [...] não pode ser explicado em geral por um fenômeno contínuo”,¹² isto é, o subconsumo. Apelará então para a perturbação da circulação para explicar o fenômeno da crise, enquanto são interrompidas as necessárias condições de equilíbrio do processo de reprodução social. Afirmará a esse respeito, concordando com Tugan, que os esquemas de Marx

mostram que na produção capitalista pode acontecer tranqüilamente uma reprodução tanto na escala simples como na escala ampliada, se são mantidas unicamente essas proporções. Ao contrário, também pode ocorrer uma crise na reprodução simples quando a proporção é quebrada, por exemplo, entre o capital gasto e aquele que se vai investir novamente. Por conseguinte, não se deduz do exposto que a crise há de ter sua causa no subconsumo das massas imanente à produção capitalista. Uma expansão muito rápida

do consumo teria que levar em si à crise, do mesmo modo que a constância ou a redução da produção de meios produtivos. Tampouco se deduz dos esquemas em si a possibilidade de uma superprodução geral de mercadorias; resulta, ao contrário, possível toda a expansão da produção, que pode ter lugar com as forças produtivas existentes.¹³

A desproporcionalidade, e a crise subsequente originada, se modifica com a limitação da concorrência, em função de uma tendência à cartelização das indústrias. Como consequência desse movimento de concentração, como “seu ponto final ideal”, se produziria a cartelização completa de todos os ramos da indústria, até ultrapassar os âmbitos nacionais e configurar um “cartel geral” ou universal que regularia conscientemente a produção capitalista em todas as suas esferas, fixaria os preços e se ocuparia da distribuição dos produtos. Assim, essa crescente planificação da produção, que se dá devido ao progressivo movimento de concentração, isto é, o capitalismo “organizado”, culmina no cartel geral, oportunidade na qual a anarquia da produção desaparece e as crises dão lugar à produção “regulada” (através do cartel geral), mesmo, por certo, que sobre a base do trabalho assalariado. Essa tendência cada vez mais marcada da sociedade torna possível uma transição pacífica do capitalismo para o socialismo. Hilferding dirá que

a função socializadora do capital financeiro facilita extraordinariamente a superação do capitalismo. Tão logo o capital financeiro tenha colocado sob seu controle os ramos mais importantes da produção, basta que a sociedade se apodere do capital financeiro, através de seu órgão consciente de execução, o Estado conquistado pelo proletariado, para dispor imediatamente dos ramos mais importantes da produção.¹⁴

No congresso da social-democracia realizado em Kiel, em maio de 1927, Hilferding afirmou que sempre foi da opinião de que a queda do sistema capitalista não se dará de forma fatalista nem tampouco “a partir das leis internas desse sistema”, mas, ao contrário, será consequência da ação consciente da vontade da classe operária, pois, como dirá mais adiante, “marxismo não é fatalismo, mas, ao contrário, ativismo dos mais intensos”.

Se os neo-harmonicistas, isto é, os reformistas, atribuíam ao capitalismo uma duração ilimitada, Rosa Luxemburg, em *A acumulação do capital*, por um lado tentava demonstrar o limite objetivo do desenvolvimento capitalista e, por outro, criticava simultaneamente a teoria da acumulação de Marx. É que, salientava Rosa, se se aceita a afirmação revisionista da ausência de limitação econômica da acumulação capitalista, então se retira dos “pés do socialismo a base de granito de sua necessidade histórica”, o que nada mais significa do que regressar a concepções pré-marxistas que pretendiam derivar o socialismo somente da injustiça e da pura decisão revolucionária do proletariado.

Foi sem dúvida a teoria – esquematizada por Tugan e por Hilferding com base nos esquemas marxianos da reprodução – de que a acumulação em sua progressão carece de obstáculos objetivos que levou Rosa Luxemburg a estudar com detalhes as condições de equilíbrio dos esquemas e “descobrir que da impossibilidade da realização da mais-valia no marco da relação capital-trabalho deriva um desequilíbrio permanente, resulta concretamente um resto de mercadorias invendável, que só é possível realizar fora do sistema, podendo-se, nesse caso, só acumular”.¹⁵

Em sua conhecida crítica da análise marxiana – que pressupõe uma sociedade constituída exclusivamente por capitalistas e operários e que não comercializa

com o exterior — Rosa conclui que nesse esquema “não [se] tem resposta para a pergunta de para quem se realiza no fundo a reprodução ampliada”. É verdade que é possível se imaginar — de um ponto de vista puramente abstrato — as relações de dependência e as proporções do esquema utilizado por Marx, como também é verdade, conseqüentemente, que a análise marxiana permitiria supor que a produção capitalista realiza exclusivamente ela só a totalidade de sua mais-valia e que emprega a mais-valia capitalizada para suas próprias necessidades, ou seja, que “a produção capitalista mesma é a exclusiva consumidora de seu sobreproduto”. Dessa perspectiva, os diferentes ramos da indústria cresceriam harmônica e proporcionalmente e se propiciariam entre eles o necessário mercado de venda. Com tal interpretação do esquema marxiano — que, é claro, Rosa Luxemburg considera errada — a produção poderia ser ampliada *ad infinitum*, sem se conseguir detectar “para quem, para que novos consumidores se amplia finalmente cada vez mais a produção”, isto é, uma produção não a serviço do consumo, mas uma “produção pela produção mesma”. Se na realidade os operários só consumiriam uma parte do produto acrescentado (aquela que corresponderia à magnitude de valor de seu salário), se outra parte do produto serve para a reposição dos meios de produção, e o resto (a mais-valia) aumenta continuamente no curso da acumulação, então quem realiza a sempre crescente mais-valia? É verdade que os capitalistas consomem eles mesmos só uma parte e que a outra — cada vez mais crescente — a empregam para a acumulação posterior, mas qual é então o destino de seu produto anual sempre crescente, de sua mais-valia? Rosa Luxemburg afirmará que a realização da mais-valia (que “é, de fato, a questão vital da acumulação capitalista”) “para fins de acumulação é um problema insolúvel numa sociedade que só conste de operários e capitalistas”,¹⁶ ou, o que é o mesmo, que um capitalismo com tais características não poderia existir. Se é assim, a realização da mais-valia requer, “como primeira condição, um círculo de adquirentes que estejam fora da sociedade capitalista [...] O decisivo — continua dizendo Rosa — é que a mais-valia não pode ser realizada por operários nem capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que não produzem na forma capitalista”¹⁷ e que realizam a mais-valia capitalista. Desse modo, para o capitalismo é necessária a área não-capitalista não só para a realização da mais-valia, mas também para obter uma grande parte dos meios de produção (especialmente matérias-primas) e força de trabalho suplementar. Em conseqüência, “o processo de acumulação do capital está ligado por suas reações de valor e materiais — capital constante, capital variável e mais-valia — a formas de produção não-capitalistas”. Assim, se a acumulação capitalista enquanto “processo histórico” depende de fato do “meio histórico dado” dos países e camadas não-capitalistas, então é facilmente entendível a imperiosidade com que o capital quer dominar as áreas não-capitalistas.

É como Rosa Luxemburg tenta explicar a acumulação (e suas condições) e, ademais, as próprias raízes do imperialismo (e suas tendências à expansão colonial) em franca oposição ao “cru otimismo” dos clássicos e harmonicistas, e fazendo sua (é certo que com uma particular quando não discutível leitura) a doutrina marxiana do colapso final do sistema capitalista de produção, todo ele fundado nessa “contradição dialética: a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio de formações sociais não-capitalistas; vai avançando em constante troca de matérias com elas, e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente”, pois, em sua opinião, no interior do sistema capitalista, com o processo de troca, “no melhor caso, só podem realizar-se determinadas partes do

produto social total: o capital constante gasto, o capital variável e a parte consumida da mais-valia; ao contrário, a parte da mais-valia que se destina à capitalização há de ser realizada ‘fora’”.¹⁸ Pois bem, semelhante processo de capitalização das economias naturais conduz à situação que Marx havia pressuposto em sua análise: a produção capitalista como único e exclusivo modo de produção em todos os países e ramos de produção. Contudo, é justamente aqui que começa o verdadeiro problema, pois, uma vez alcançado o verdadeiro final, a acumulação torna-se impossível, tudo o que faz não é senão mostrar o limite histórico do movimento de acumulação ou, o que é o mesmo, a impossibilidade de um desenvolvimento ulterior das forças produtivas. Rosa dirá a esse respeito que

mediante esse intercâmbio com sociedades e países não-capitalistas, o capitalismo vai se estendendo mais e mais, acumulando às custas deles, ao mesmo tempo que os corrói e os desloca para suplantá-los. Mas quanto mais países capitalistas se lançam a essa caça de zonas de acumulação e quanto mais vão se escasseando as zonas não-capitalistas suscetíveis de serem conquistadas pelos movimentos de expansão do capital, mais aguda e violenta se torna a concorrência entre os capitais, transformando essa cruzada de expansão na cena mundial em toda uma cadeia de catástrofes econômicas e políticas, crises mundiais, guerras e revoluções.¹⁹

Na fase imperialista apareceria o período final da marcha da história do capitalismo. Seu fim, então, está à vista.

Pouco tempo depois da publicação de *A acumulação do capital*, de Rosa Luxemburg, apareceu na *Die Neue Zeit* (1912-1913), “Die Akkumulation des Kapitals”, de Otto Bauer; artigo que haveria de ser utilizado por todos aqueles (Kautsky e Lênin, por exemplo) que, por uma razão ou por outra, combatiam as posições luxemburguianas, pois, para eles, o trabalho de Bauer constituía a refutação mais precisa e contundente da interpretação de Rosa sobre o processo de realização do capital e a conseguinte demonstração de que essa interpretação resultava contraditória com a essência do sistema teórico marxiano.

No artigo mencionado Bauer constrói um esquema de reprodução através do qual pretende demonstrar, contra a tese sustentada por Rosa Luxemburg, a possibilidade de uma acumulação capitalista sem se recorrer aos mercados externos. O modelo assim construído, mesmo levando em conta as variáveis essenciais para o processo de acumulação, isto é, o aumento da composição orgânica do capital, dos operários empregados, etc., terminava por provar a possibilidade de um desenvolvimento equilibrado, no qual os fatores perturbadores vinham somente do exterior. Só que, como salienta Rosdolsky,

para conseguir isso, Otto Bauer deve abandonar evidentemente [...] uma das premissas fundamentais dos esquemas de Marx: a de que a única relação entre os setores I e II consistiria na troca recíproca de seus respectivos produtos. Ao contrário, faz com que o setor II, que, devido às substituições técnicas ocorridas em virtude da crescente composição orgânica do capital, permaneça sempre com um resíduo invendável de mercadorias, “invista” todos os anos no setor I uma soma de dinheiro equivalente ao valor desse resíduo de mercadorias, a fim de que esse setor amplie sua produção e que no ano seguinte diminua o resíduo real de mercadorias do setor II. Então, podem crescer e acumular ambos os setores da produção sem jamais originar uma discrepância no valor dos produtos que devem ser trocados e que possa ameaçar com uma parada o *perpetuum mobile* da acumulação do capital.²⁰

Dessa maneira, Bauer descarta aquele pressuposto mediante o qual Marx tenta demonstrar como pode ser resolvido no plano social a antinomia entre valor de uso e valor de troca.

Em seu famoso artigo Bauer começa interrogando-se a respeito de “como teria que se levar a cabo a acumulação do capital para manter o seu equilíbrio com o crescimento da população”.²¹ Uma vez realizada essa análise, se está em condições de considerar “os efeitos que deve produzir a perturbação desse equilíbrio”. Assim, dada uma determinada taxa de incremento anual de população e postulado um certo tipo de desenvolvimento técnico, Bauer determina primeiramente a magnitude e as taxas de incremento do capital social variável e constante. Daí, a partir das premissas anteriormente mencionadas, fixada uma taxa de mais-valia constante, se pode determinar a parte da mais-valia que deve ser destinada à inversão no capital variável e no capital constante na proporção indicada. De tudo isso resulta uma determinada taxa de acumulação (relação entre mais-valia acumulada e mais-valia total). Uma vez estruturado esse modelo para o processo de acumulação do capital social global, Bauer passa depois a um modelo em dois setores (meios de produção e bens de consumo), através da divisão da magnitude obtida precedentemente.

A crise será conseqüência, então, da não coincidência temporária entre o crescimento populacional e o ritmo de acumulação. Contudo, como “no modo de produção capitalista subsiste a tendência à adequação da acumulação do capital ao crescimento da população”,²² Bauer admite a possibilidade de um desenvolvimento economicamente ilimitado do sistema capitalista na maneira ilustrada por seu esquema de acumulação:

O capitalismo não fracassará devido à impossibilidade mecânica de se realizar a mais-valia. Sucumbirá, ao contrário, pela rebelião para a qual impulsiona as massas do povo. O capitalismo será derrubado não só quando o último camponês e o último pequeno-burguês de toda a Terra tenham se convertido em trabalhadores assalariados, e já não existam mercados adicionais abertos ao capitalismo, mas será abatido muito antes pela crescente “sublevação da classe operária unida e organizada, constantemente crescente e instruída pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista”.²³

Com o artigo de Bauer conclui-se, de alguma maneira, como chama a atenção Hermanin, a discussão sobre os esquemas de reprodução, desses esquemas que, para Marx, estavam destinados a mostrar a complexidade das relações entre valor de uso e valor de troca, que deviam ser observadas para que se dê o processo de produção social, e que tinham, ademais,

uma função crítica na confrontação com a economia clássica que, incapaz de distinguir entre capital constante e capital variável, acabava por identificar o produto social anual com o crédito do mesmo período. Através de exemplos numéricos deliberadamente arbitrários, Marx havia se limitado a delinear as condições necessárias para a reprodução, sem que isso implicasse sua realizabilidade de forma equilibrada e harmônica.²⁴

Lênin não esteve ausente dessa polêmica. Em março de 1913, numa carta dirigida aos editores do periódico russo *Sozialdemokrat*, afirma:

Acabo de ler o novo livro de Rosa. Diz bobagens de uma maneira incrível, e distorce Marx. Muito me alegra que tanto Pannekoek como Eckstein e Otto Bauer tenham refutado unanimemente seu livro apresentando os mesmos argumentos contrários que eu utilizei em 1899 contra os *narodniki*.

Efetivamente, nessa oportunidade Lênin empregou muitos dos argumentos que depois usaria contra Rosa Luxemburg. Os *narodniki* afirmavam que o mercado capitalista nacional não bastava para o desenvolvimento de uma economia capitalista e que, por outro lado, aquele se reduzia permanentemente com o empobrecimento paralelo das massas. Da mesma maneira que Luxemburg alguns anos depois, eles negavam a possibilidade de que a mais-valia capitalista se realize sem os mercados externos, tudo o que motivou a réplica de Lênin, que afirmava que o problema da realização da mais-valia pouco ou nada tinha a ver com esse problema, pois a introdução do comércio exterior “não faz avançar em nada a solução do problema; nada mais faz que postergá-lo”.²⁵ Segundo ele, o comércio externo não é explicado suficientemente pelas leis da realização do produto social, mas pelo fato de que o capitalismo é a consequência de uma circulação de mercadorias que vai além dos limites nacionais. O fato da colocação das mercadorias no exterior não explica nada, e mais, essa colocação “requer ser explicada, isto é, que se encontre um equivalente para a parte do produto a se colocar”. Mais adiante, Lênin diz que quando

fala-se de “dificuldades” da realização, das crises que com esse motivo surgem, etc., é preciso reconhecer que essas “dificuldades”, além de possíveis, são necessárias em relação a todas as partes do produto capitalista e de algum modo a respeito somente da mais-valia. As dificuldades desse gênero, dependentes da falta de proporcionalidade na distribuição dos diferentes ramos da produção, brotam constantemente não só ao realizar-se a mais-valia, mas também ao realizar-se o capital variável e o capital constante; não só na realização do produto em artigos de consumo, mas também em meios de produção.²⁶

Em outro escrito também de sua juventude, “Para uma caracterização do romanticismo econômico”, afirmará que é uma lei da produção capitalista o fato de que o capital constante cresça mais rapidamente do que o capital variável, isto é, que

uma parte, sempre crescente, dos capitais novamente formados, se inclui naquela seção da economia social que provê os meios de produção. Em consequência, essa última seção cresce necessariamente com maior rapidez do que a que produz os artigos de consumo [e, portanto] os produtos de consumo pessoal, dentro do conjunto da produção capitalista, vão ocupando um lugar cada vez menor. E isso corresponde por completo à “missão” histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste precisamente em desenvolver as forças produtivas da sociedade (produção para a produção); a segunda, exclui sua utilização pela massa da população.²⁷

Mas, se da contradição entre produção e consumo se quiser deduzir “que Marx não admitia a possibilidade de realizar-se a mais-valia na sociedade capitalista, que explicava as crises pelo insuficiente consumo”, etc.,²⁸ então se chegará a um resultado completamente equivocado. Um pouco mais adiante Lênin continuará dizendo:

Os diferentes ramos da indústria que se tornam “mercado” uns para os outros não se desenvolvem de maneira uniforme, mas ultrapassam uns aos outros, e a indústria mais adiantada busca o mercado externo. Isso não significa de modo algum “a possibilidade para uma nação capitalista de realizar a mais-valia” [...] Isso não indica mais do que falta de proporcionalidade no desenvolvimento dos diversos ramos industriais. Com outra distribuição do capital nacional essa mesma quantidade de produtos poderia ser realizada dentro do país.²⁹

Assim, Lênin estava certo quando dizia aos *narodniki* que todas as suas dúvidas a respeito da possibilidade da realização da mais-valia haviam sido resolvidas anos antes na análise do processo de reprodução social realizada por Marx, ao demonstrar em seus esquemas que, conservadas determinadas proporções na troca entre as indústrias da produção e do consumo, é possível que a sociedade capitalista renove seu capital constante e variável e, além do mais, que o incrementalmente por capitalização de uma parte da mais-valia. Se se levam em conta essas teses nas quais se fundamentam os esquemas de Marx, então “o problema da realização do produto social na sociedade capitalista já não oferece dificuldades”, pois com base nessas “teses teóricas fundamentais, Marx explicou de modo completo o processo de realização do produto em geral e da mais-valia em particular, dentro da produção capitalista”.³⁰ Contudo, é válido se perguntar se é esclarecido totalmente o problema de realização através da análise que Marx efetuara, pois no tomo II se deixam de lado deliberadamente fatores que perturbam o equilíbrio entre produção e consumo e, portanto, o caminho para a realização da mais-valia social. É certo que Lênin acreditava conseguir a superação dessa objeção postulando o crescimento relativamente mais rápido das indústrias de meios de produção (“o crescimento dos meios de produção ultrapassa o crescimento dos artigos de consumo”, dirá no *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*), mas tal afirmação não teria nada a ver com os esquemas marxianos do tomo II de *O capital*. Como diz Rosdolsky, ele deverá então combinar a análise do processo de reprodução do tomo II com a lei da crescente composição orgânica do capital desenvolvida posteriormente no tomo III, procurando “projetar dentro dos esquemas da reprodução de Marx a lei da composição crescente do capital, e interpretar esses esquemas no sentido da necessidade de um crescimento mais veloz dos meios de produção”.³¹ Mas resulta muito mais grave que Lênin considere como palavra definitiva da teoria marxiana da realização a análise abstrata do tomo II e que, em consequência disso, se negue a reconhecer tais posteriores complementações e modificações dessa análise na forma com que aparecem no tomo III de *O capital*.

Diz Mattick:

Indubitavelmente, a concepção de Lênin encontra-se muito mais próxima da marxiana do que a de Rosa Luxemburg. Ainda que seja verdade que essa última tinha razão quando revisava na teoria marxiana sobre a acumulação a lei do colapso do capitalismo, porém se descuidava da base sobre a qual se fundava esse ponto de vista de Marx, e apresentava uma teoria própria da realização, que Lênin refutava como equivocada e não-marxista.³²

Mas também é indubitável que é válida a pergunta a respeito das causas da curiosa coincidência entre o mais destacado representante do radicalismo marxista (Lênin) e os teóricos do neo-harmonicismo social-democrata (Bauer e outros) no que se refere à crítica à *Acumulação do capital* de Rosa Luxemburg. E tampouco a respeito disso se pode deixar de subscrever o que afirma Rosdolsky no sentido de que, independentemente de circunstanciais razões políticas e de coincidências no que se refere ao problema da realização, essas posições, do mesmo modo que a de Luxemburg, incorriam num desconhecimento dos aspectos metodológicos do problema. É que nenhum deles entendeu em sua verdadeira dimensão que os esquemas de reprodução e a análise efetuada no tomo II de *O capital* não estavam em condições de esclarecer por si sós a totalidade do problema da realização, pois para situá-los exatamente no *corpus* marxiano era necessário vinculá-los à teoria marxiana das crises e do colapso.

Em 1901, Karl Kautsky inicia na *Die Neue Zeit* uma extensa recensão e refutação da teoria das crises de Tugan-Baranovski. As objeções eram dirigidas tanto à possibilidade maior ou menor da inevitabilidade das crises no sistema capitalista (“se bem que a teoria das crises de Tugan se diferencie da nossa — dirá Kautsky —, ambas coincidem em que as crises resultam necessariamente do modo capitalista de produção, que estão indissolivelmente ligadas a ele. Pois a falta de planificação da produção está tão vinculada a sua natureza como o subconsumo das massas e a acumulação do capital”),³³ mas muito mais ao fato de que Tugan buscara na anarquia da produção (que impede a harmonia entre os distintos setores produtivos) a causa das crises, a par de que eludia tentar encontrá-la na acumulação capitalista mesma, enquanto permanente expansão da produção fundada na relação de exploração do capital no que se refere à classe operária, na apropriação e conversão, em novo valor, do trabalho não-pago.

O subconsumo — que aparece como um fenômeno da esfera da distribuição e que manifesta seus efeitos na impossibilidade de realizar-se completamente a mais-valia — dirá Kautsky, é “o fundamento *último*” das crises mas não a “causa direta”, o que significa que não só reconhece a contradição entre produção e consumo, mas que, além do mais, aceita a existência de contradições internas à própria produção. Ou seja, que mesmo quando admitia que *também* uma falta de proporcionalidade na produção pode provocar uma crise, destacava ao mesmo tempo que em última instância a causa dela era o subconsumo, se bem que ele existia, ainda que fortuitamente, inclusive antes do estabelecimento das relações de produção capitalistas, só “com o proletariado [...] aparece uma classe para a qual o subconsumo é o resultado necessário das próprias condições sociais”.³⁴

As crises, então, enquanto conseqüência da acumulação, são incrementadas em quantidade e intensidade com o aumento paralelo da acumulação. Por sua vez, a acumulação do capital e a expansão das indústrias crescem sem solução de continuidade com o desenvolvimento econômico, o qual, em sua marcha progressiva, com a concentração da produção capitalista e com a absorção de áreas não-capitalistas, se aproxima de seu ponto limite final.

Apesar de que, em polêmica com Bernstein e em seu questionamento à concepção de Tugan, sustentava que era uma “invenção ridícula do revisionismo atribuir a Marx a teoria de um colapso econômico em sentido estrito”, o que resultava da concepção de Kautsky era uma teoria do colapso do sistema capitalista como conseqüência de seu próprio desenvolvimento, da mesma maneira que a teoria de Marx, segundo Kautsky, acabava de todos os modos na destruição do capital, apesar de que não havia nenhuma teoria marxiana a esse respeito.

Mas o que escreveu com a mão apagou com o rabo 25 anos depois, até o extremo de que a concepção de Tugan, antes combatida, foi aceita sem reparo algum. Assim, as crises se convertem em perturbações transitórias resultantes da inobservação da proporcionalidade; contudo, nem bem essa se restitui, o curso da produção continua sem inconvenientes. É certo que “há três décadas” se ocupou da “crise crônica”, mas “desde então o capitalismo superou tantas crises e soube adaptar-se a tantas novas exigências, muitas vezes freqüentemente inesperadas e terríveis, que, considerado de um ponto de vista estritamente econômico, aparece muito mais vital que há meio século”.³⁵

Se economicamente o colapso do capitalismo não é inevitável, então o socialismo só será possível com o “fortalecimento suficiente do proletariado”, o

qual se produzirá, apesar do desenvolvimento das forças produtivas e de qualquer melhoria na situação da classe operária. “O triunfo do proletariado — afirma — *irromperá antes* que alguns dos limites impostos por nossos teóricos do desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo sejam alcançados.”³⁶

Somente em 1924, com o aparecimento dos textos que depois formaram *O imperialismo e a acumulação do capital*, Nicolai Bukhárin entrou na polêmica sobre as crises e o colapso final do sistema capitalista. Apesar de que esses artigos foram publicados em plena campanha contra o “luxemburguismo”, considerado então como um desvio de direita, Bukhárin não se recusa a reconhecer como correta a colocação, por parte de Rosa Luxemburg, do problema da relação entre áreas capitalistas e não-capitalistas, ao mesmo tempo que concorda a respeito de uma teoria do colapso capitalista, isso não como consequência da impossibilidade da realização da mais-valia, mas em razão de suas “contradições internas”.

Inicialmente, e a partir da interpretação de Lênin (que por outro lado concordava com a de Marx), segundo a qual não havia obstáculo algum que interrompesse a progressão da acumulação e a realização da mais-valia, inclusive num sistema capitalista “puro”, Bukhárin questiona a leitura que a revolucionária polonesa fizera dos esquemas de reprodução de Marx.

A teoria das crises de Bukhárin, na realidade, apenas se distinguia da teoria da desproporcionalidade de Tugan-Baranovski e de Hilferding, apesar da incorporação do subconsumo, na falta de proporcionalidade entre a produção de meios de produção e a de meios de consumo. Tudo isso coloca a pergunta de se em Marx existem duas teorias das crises, isto é, a que resulta da teoria do valor e que se manifesta na queda da taxa de lucro e aquela outra que se caracteriza pelo subconsumo dos trabalhadores. O certo é que para Bukhárin não só não existiria contradição entre essas duas teorias, mas inclusive haveria entre elas uma complementação. Assim, se se leva em conta que a teoria marxiana da acumulação supõe que os trabalhadores são remunerados sempre segundo seu valor e que somente os capitalistas podem se apropriar da mais-valia, então o problema continua colocado. Entende-se então por que a tese de Bukhárin — e, é claro, a de Lênin — de que, paralelamente ao crescimento do capital constante, aumenta, se bem que não proporcionalmente, o capital variável, e que o aumento do consumo dos trabalhadores permite a realização da mais-valia no processo de acumulação, não respeita os pressupostos que Marx utiliza na análise da reprodução do capital. É que, como disse Mattick, da mesma maneira que “não se pode extrair dos esquemas da reprodução as conclusões de Tugan-Baranovski, tampouco é possível contradizê-los com a afirmação carente de sentido de que os trabalhadores realizam uma parte da mais-valia e que há que se dar uma crise no caso de que isso não ocorra na medida suficiente”.³⁷

De alguma maneira, sendo só uma modificação da teoria de Tugan, como já dissemos, a teoria bukhariniana da crise e do colapso do sistema capitalista se apóia no reconhecimento da decomposição do sistema, somente que essa não é o resultado de motivos econômicos, não tem sua origem na iniludível “legalidade econômica própria do mecanismo capitalista”, mas é consequência da guerra, isto é, de uma força que, atuando do exterior da economia, destrói o aparato produtivo e o leva finalmente à dissolução. Em suma, as “terceiras pessoas” de que falava Rosa Luxemburg. Grossmann dirá a respeito que, para Bukhárin, “o colapso é a manifestação de uma causa que atua no interior da economia, mas que a transcen-

de. Para Marx, ao contrário, o colapso é resultado imanente do mecanismo capitalista e das leis econômicas que lhe são próprias”.³⁸

Até o aparecimento da obra maior de Grossmann a teoria do colapso oscilava, por uma parte, entre aquela concepção que se limita a postular somente em termos gerais a existência de um determinado grau de comprometimento das contradições capitalistas, que levaria à inevitabilidade do colapso da exploração capitalista, sem chegar a demonstrar teoricamente o fato de que essas contradições têm que se tornar tensas até o ponto que se torne finalmente impossível o restabelecimento do equilíbrio; em outras palavras, sem demonstrar a inevitabilidade do colapso, e por outra parte, aquela que pretendeu derivar a necessidade do colapso do sistema capitalista das dificuldades da realização da mais-valia.

Outro é o caminho percorrido por Grossmann, pois ele considera como causa determinante do inevitável colapso do capitalismo a superacumulação de capital e, conseqüentemente, sua insuficiente valorização; em outras palavras, explica o colapso a partir de fenômenos da própria produção (“problema da valorização”). Grossmann, ao contrário de toda a literatura marxista precedente, que examina o problema das crises e do colapso da perspectiva da desproporcionalidade entre as diferentes esferas da produção, mostra que para Marx o problema central não seriam as crises primárias parciais, que resultam dessa desproporcionalidade, mas a crise primária generalizada, que é originada, para utilizar as palavras de Marx, por uma “produção paralela, que se verifica simultaneamente em toda a superfície da produção”. Grossmann dirá que “justamente a possibilidade de semelhante crise geral e não parcial, derivada da desproporcionalidade, constitui a diferença entre a exposição de Marx e a de Say e Ricardo”.³⁹

Apesar de partir de premissas distintas, Grossmann decide rebater as concepções harmonicistas de seu interior — “porque uma crítica frutífera e imanente só é visível quando se coloca o contrário a partir de seu próprio ponto de vista” —⁴⁰, aceitando como bons os seus pressupostos, para demonstrar finalmente que a tendência do capitalismo ao colapso se mantém mesmo no caso de se pressupor uma proporcionalidade do desenvolvimento dos setores I e II dos esquemas de reprodução e, portanto, mesmo no caso de se admitir a realização de toda a mais-valia produzida. Para tais efeitos, se serve dos esquemas reelaborados por Bauer, na medida em que ele “conseguiu construir um esquema de reprodução que [...] dá resposta a todas as exigências formais que em geral podem ser feitas a uma construção esquemática dessa índole e não apresenta nenhuma das falácias que foram atribuídas por Rosa Luxemburg ao esquema de reprodução marxiano”.⁴¹ Pouco importa que a teoria da população de Bauer nada tenha a ver com a elaborada por Marx, pois, considerado em si mesmo, o esquema de Bauer não está necessariamente “vinculado a ela”. É certo, por outro lado, que Bauer não ignorava que a crescente composição orgânica do capital levava a uma taxa de lucro decrescente (situação, essa, que pode ser detida com um aumento mais rápido da taxa de mais-valia), mas, em seu esquema, contraditoriamente, como salientou Rosa Luxemburg, a taxa de mais-valia permanece constante, sem que cresça com a composição orgânica do capital; e se Bauer concede que essa contradição pode deixar de ser tal, introduzindo posteriormente a taxa de mais-valia crescente, tudo isso não foi executado por ele. O certo é que, em seu esquema, com um capital constante crescendo a uma velocidade dupla em relação ao capital variável, a taxa de mais-valia também decresce, só que essa queda não se converte em um incon-

veniente para o crescimento do capital e o aumento do consumo capitalista.

Grossmann, pois, objetará a Bauer, por um lado, a pressuposição, em seu esquema, da constância da taxa de mais-valia, apesar da hipótese de um acentuado progresso técnico e, por outro, o fato de que ele somente leva em conta o valor, descuidando-se assim do momento do valor de uso. Confundirá, enfim, o caráter abstrato do modelo e sua necessária simplificação com uma “ilustração dos processos reais no capitalismo”.⁴² E é justamente nessa circunstância, quando polemiza com o esquema “neo-harmonicista” de Bauer, que Grossmann manifesta sua crítica a respeito da teoria do colapso de Rosa Luxemburg. É certo que ele começará concordando e destacando “a tese central sobre a necessidade do colapso como a chave mestra da crítica marxiana da economia política, sem a qual o movimento socialista estaria privado de uma base objetiva e recairia no nível do socialismo utópico ou podia legitimamente abrir-se a perspectivas reformistas”,⁴³ mas logo depois a criticará duramente por sua incapacidade para compreender o método de Marx e pela conseguinte falsificação das razões do colapso. Dito de outra maneira: se bem que Rosa Luxemburg conserva com firmeza a tese central de Marx, segundo a qual o mecanismo de acumulação capitalista leva em si a causa de sua parada, contudo, na opinião de Grossmann, por não ter apreendido em sua verdadeira magnitude o método marxiano, está impedida de perceber quais são essas causas, na medida em que se vê obrigada a construir uma explicação substitutiva que, à margem de que possa ou não trair o núcleo metodológico e analítico de Marx, resulta em todos os sentidos, do ponto vista teórico, insatisfatória.

Porém, independentemente das observações efetuadas anteriormente, e algumas outras, o esquema de Bauer oferece, para Grossmann, várias vantagens:

- 1) Leva em conta sem limitação alguma o progresso técnico que vai se impondo, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas, e mostra uma composição orgânica constantemente crescente [...]
- 2) A objeção de Rosa Luxemburg ao esquema de Marx no sentido de que “não existe nenhuma regra visível nessa acumulação e consumo”, também é salva pelo esquema de Bauer. Aqui não existem caprichos, existem *regras fixas*, às quais deve responder a acumulação [...]
- 3) Não obstante que os capitalistas aumentem de forma constante seu consumo, devido à crescente produtividade e à crescente massa de mais-valia, podem destinar uma parte cada vez maior da mais-valia à acumulação.
- 4) Além do mais, se estabelece a *proporcionalidade* entre a acumulação realizada por ambos os setores do esquema [...]
- 5) Finalmente, no esquema de Bauer a taxa de lucro efetivamente *cai*, em consonância com a lei de Marx da baixa tendencial da taxa de lucro, em consequência da crescente composição orgânica do capital [...]

Em suma, o esquema elaborado por Bauer é passível de ser utilizado como um útil instrumento de análise do processo de acumulação, como disse Grossmann algumas páginas mais adiante, “sob as condições *mais favoráveis* para a existência do capitalismo, ou seja, sob a suposição de um equilíbrio entre produção e vendas”.

Desse modo, assim como Grossmann concedia a Bauer que com os esquemas da reprodução de Marx se podia demonstrar a possibilidade de acumulação de um capitalismo “puro”, da mesma maneira mostrava que o problema das crises nem por isso se resolvia, mas continuava persistindo como problema de valorização da acumulação.

No prolongamento que Grossmann fará do esquema segundo a versão de Bauer — limitado em seu desenvolvimento por ele a 4 anos — até o ano 35, demonstra que, depois do constante e progressivo aumento da composição orgânica, apesar do aumento absoluto da população trabalhadora e do conseqüente aumento da massa de mais-valia produzida, chega-se a um momento do processo de acumulação em que a mais-valia produzida não basta para manter o ritmo de acumulação observado antes. Dessa maneira, o esquema de Bauer se converte para Grossmann, como disse Mattick, numa “prova adicional” de que o sistema traz um limite objetivo determinado pela tendência da queda da taxa de lucro imanente a ele.

Surge assim objetivamente a possibilidade de um debilitamento do ritmo de acumulação que levaria à não absorção de toda a força de trabalho oferecida pelo mercado de acordo com a taxa de incremento demográfico pressuposto — e em conseqüência à criação de um exército de reserva de desempregados — ou uma redução de salários — e por isso a um aumento da taxa e da massa de mais-valia. Ou então à possibilidade de uma crise geral como resultado de uma negativa dos capitalistas a continuar investindo sem a opção de obterem uma massa de mais-valia superior em relação à obtida nas inversões anteriores.

A massa de mais-valia — dirá Grossmann — é parecida a um recipiente de água que enquanto, por um lado, recebe uma afluência de água de 5% durante um certo período, por outro, por sua vez, perde durante o mesmo lapso de tempo uma maior quantidade [...]. Porém, depois de um período suficientemente prolongado, a reserva não pode senão esgotar-se; a cota que anualmente deve ser capitalizada não se limita a esgotar a mais-valia mas, finalmente, tem que terminar sendo maior que a mesma, apesar de que na realidade não é mais do que *uma parte* da mais-valia. Aqui é onde encontra-se a contradição. A massa de mais-valia já não pode prover a massa que se requer para a acumulação de acordo com o ritmo de acumulação preestabelecida. Daí deriva o colapso do sistema, seu necessário fim econômico.⁴⁵

A taxa de lucro expressa somente uma relação percentual, isto é, um conceito numérico, o qual, evidentemente, não pode produzir o colapso de um sistema real, pois para que isso ocorra é necessária obviamente uma causa real.

Assim, se a tendência à queda da taxa de lucro é um fenômeno que sempre acompanhou o sistema capitalista, não se pode deixar de perguntar a respeito do porquê de sua súbita viragem para o colapso. Qual é a razão pela qual o capitalismo não pode subsistir igualmente com “uma taxa de lucro de 4% como com uma de 13-15%”, se se leva em conta que a taxa decrescente pode ser compensada com uma massa crescente de lucro? A massa crescente de lucro manifesta-se, evidentemente, em razão do crescimento ainda mais rápido do capital global, em cifras percentuais cada vez menores. Por sua vez, a taxa de lucro tenderia a um ponto limite no sentido matemático (ponto zero) sem chegar a ele, apesar de que eles, os capitalistas, se sentiriam conformados devido ao aumento da massa de lucro.

Grossmann foi o primeiro a mostrar que o colapso não pode ser explicado a partir da taxa de lucro, isto é, da cifra-índice do lucro, mas sim da massa real do lucro que está oculta por trás dela em sua relação com a massa do capital social. “O caráter do problema — dirá — se torna inteligível se relacionamos o colapso não com a taxa de lucro mas com a massa de lucro.”⁴⁶ Afirmação essa em total consonância com aquela outra de Marx, segundo a qual “a acumulação não depende somente do tipo de lucro, mas também da sua massa”.⁴⁷

Numa interpretação de tipo geral — que era dirigida não só às interpretações harmonicistas, mas também àquela elaborada por Rosa Luxemburg, que finalmente negava aos esquemas todo o valor cognoscitivo — Grossmann afirmava que dos esquemas de reprodução não se podia tirar nenhuma conclusão direta referente à realidade, pois, na medida em que dedicam atenção somente ao aspecto do valor do processo de produção, estavam impossibilitados de “representar o processo real de acumulação segundo o valor e o *valor de uso*”.⁴⁸ Para poderem corresponder à realidade, era necessário que os esquemas fossem lidos à luz do método de Marx da aproximação e do isolamento, paralelamente ao fato de que necessitavam de modificações e complementações posteriores. Mas o certo é que

se — como assinalamos — a reprodução da realidade concreta no caminho do pensamento constitui o objeto do conhecimento de Marx, então, também a função do esquema marxiano da reprodução deve ser claramente reconhecida dentro do método de investigação marxiano: tal esquema não pretende ser, por si mesmo, uma imagem da realidade capitalista concreta, mas é unicamente um elo dentro do processo de análise de Marx, que, junto com as *hipóteses simplificadoras* que servem de base ao esquema, e com suas *modificações sucessivas* no sentido de uma concretização progressiva, constituem um todo indivisível.⁴⁹

A atenção preferencial que Grossmann dedica ao esquema de reprodução segundo a versão de Bauer — já foram explicados os motivos dessa atenção — foi objeto de duras críticas e até de alguma ironia (chegou-se a dizer inclusive que, de acordo com sua concepção, o capitalismo não fracassa devido à miséria dos operários, mas devido à dos capitalistas, objeção que, dirá Grossmann, não deve ser dirigida a ele, mas a Bauer, pois isso é o que se depreende de “seu esquema”). Numa carta dirigida a Paul Mattick afirmará que “em meu livro insisti que o esquema de Bauer é irreal”, enquanto “estabelece suposições irreais, errôneas e minha atenção era simplesmente reduzir *ad absurdum* as suas idéias, apegando-me a seu esquema”. E mais adiante dirá que o esquema de Bauer é insuficiente por vários motivos, e que se se introduzem em tal esquema todos os elementos que ele deixou de lado, então “a idéia do colapso aparece com maior clareza ainda. Eu queria demonstrar que desse esquema muito errado se depreende o colapso e não o equilíbrio. *Mas, de fato, não procurei identificar-me com esse esquema de Bauer*”.⁵⁰

Dessa forma, num capitalismo “puro”, ou seja, isolado, as tendências ao colapso se imporiam rapidamente e sem maiores dificuldades, isto é, levariam ao colapso do sistema sob a pressão dos cada vez mais graves antagonismos de classe. Contudo, e assim como Marx, depois de mencionar os elementos que levam o capitalismo à crise, enumera também os fatores que desempenham uma constante ação de freio à queda da taxa de lucro, da mesma maneira Grossmann dedica um longo capítulo às “contratendências modificantes” que operariam num capitalismo inserido na economia mundial, debilitando a tendência ao colapso até convertê-la somente em crise passageira. Capítulo esse que, como disse Buttiglione, apesar de que pareça de um certo ponto de vista como uma auto-refutação, tem uma importância muito particular, pois nele Grossmann fornece “elementos que permitem utilizar seu trabalho teórico não simplesmente como demonstração relativa a um sistema teórico abstrato, mas também como instrumento de leitura das contradições e da tendência da sociedade capitalista avançada”.⁵¹

Assim, uma melhoria permanente na valorização (taxa de lucro) e um aumento da massa de lucro são possíveis de ser alcançados através da diminuição dos custos de produção do capital constante e a diminuição do capital variável, do encurtamento do tempo de rotação e de melhoria da organização comercial, da diminuição dos estoques e dos gastos comerciais. Não em outro sentido se manifestam as vantagens que advêm do controle do mercado mundial, pois com o comércio exterior se verifica a troca desigual mediante a qual os países tecnicamente mais avançados obtêm pelo valor de suas mercadorias um equivalente mais alto, incrementando assim o lucro. E o mesmo poderia se dizer da exportação de capital: ela se daria porque nos países altamente desenvolvidos existiria uma superacumulação de capital, razão pela qual as possibilidades de investimento estariam reduzidas à mínima expressão. Através dessa operação, o país exportador de capital receberia uma mais-valia adicional, o que lhe permitiria melhorar a insuficiente valorização do capital e mitigar ou anular transitoriamente a tendência ao colapso. Esses fenômenos mostram claramente a razão de ser da “impetuosidade da expansão imperialista”, na fase tardia da acumulação de capital. Para Grossmann, então, o imperialismo é resultante da tentativa de melhorar a insuficiente valorização existente nos países capitalistas mais desenvolvidos, com a intenção de prolongar a vida do sistema através do enfraquecimento das tendências ao colapso. A expansão colonial e a exportação de capital que ela leva atrás de si desempenham um papel decisivo na pretensão de se sustentar a taxa de lucro; é que nas colônias se desenvolvem numerosas produções sobre a base de uma baixa composição orgânica, com o que fica livre o caminho para se obterem taxas de lucro extremamente elevadas.

Não se pode negar então a conexão, de que falava Rosa Luxemburg, entre metrópole e colônia, só que existe de uma maneira diametralmente oposta àquela defendida por ela, pois a colônia desempenha um papel decisivo não somente e não tanto para a realização da mais-valia, mas para produção de uma mais-valia adicional que, nos momentos de crise, sustenta a taxa de lucro declinante da metrópole. É justamente esse último fato e não a necessidade de mercados de colocação para seus produtos o que leva os países imperialistas a lutar pela posse dos territórios coloniais.

Assim, da natureza mesma das contratendências é possível depreender que elas se caracterizam por sua transitoriedade e que podem deter a tendência ao colapso somente até um certo grau. Desse modo, por exemplo, a diminuição do salário pode chegar até um certo limite, passado o qual a força de trabalho da classe operária não poderia se reproduzir integralmente e se chegaria muito mais a uma situação de diminuição da intensidade e da qualidade do trabalho. Inclusive as tendências que se opõem à exportação de capital são de natureza temporária, pois, na medida em que, devido à constante acumulação, aumente o número de países saturados de capital (e, em conseqüência, exportadores de capital) e cresça a massa de seus capitais, aumentará paralelamente a concorrência no mercado mundial para conseguir esferas lucrativas de investimento.

Em conseqüência, apesar das contratendências, e a partir de um determinado momento, surge também daí um agravamento da tendência ao colapso. Não de outro modo, diz Grossmann, se daria o aumento do capital fixo. Nos momentos em que a acumulação de capital é mais intensa — e naqueles em que o capital fixo representa uma porção significativa do capital constante — tem cada vez menos

importância a redução da produção com vistas à melhoria da rentabilidade nos momentos de crise. E tudo isso porque, com essa diminuição, não se está em condições de reduzir as cargas da empresa em conceito de amortização e de juros do capital fixo.

Em outras palavras: inclusive aqui é possível demonstrar que, pelas leis imanentes da acumulação, as contratendências se debilitam progressivamente até o ponto que resulta cada vez mais difícil a superação das crises, crises essas cuja duração e intensidade aumentariam constantemente em detrimento dos períodos de auge. Como dirá de si mesmo,

Grossmann tenta determinar teoricamente pela via matemática a extensão das fases do ciclo conjuntural e mostrar, através de sua fórmula da crise, os fatores dos quais dependeria o alargamento ou o encurtamento do ciclo conjuntural. Se para ele a crise é uma tendência ao colapso que não alcançou seu completo desenvolvimento, então *o colapso do capitalismo não é outra coisa senão uma crise não-obstaculizada por qualquer contratendência*. Em conseqüência, o capitalismo se dirigiria para seu próprio fim pelo próprio peso de sua legalidade econômica interna.

Por certo, então, tanto para Grossmann como para Marx, existia uma tendência ao colapso do sistema capitalista, mas não se tratava de um colapso puramente “econômico” ou “automático”. Nesse sentido, ele não podia deixar de concordar com Tugan-Baranovski, Hilferding e Bauer a respeito de que são os movimentos sociais éticos e politicamente conscientes que modificarão a ordem social existente, e também com Rosa Luxemburg e Anton Pannekoek no sentido de que a classe operária consciente acabará com o capitalismo antes da “chegada de um hipotético final da expansão capitalista”. As acusações de que foi objeto a esse respeito são o resultado da total incompreensão das premissas de que parte e dos resultados a que chega a reflexão grossmanniana. Para Grossmann, como para todo “marxista dialético”, não existem problemas “puramente econômicos”, o que não pode constituir obstáculo para que em sua análise da acumulação se limite, por motivos metodológicos, à definição de suposições meramente econômicas para detectar assim teoricamente o ponto limite objetivo do sistema. Na carta a Mattick mencionada anteriormente, afirmará que

o que eu queria demonstrar é que a luta de classe não é suficiente por si mesma. Não é suficiente a *vontade* de abatê-lo [o sistema capitalista]. Nas etapas iniciais do crescimento capitalista não é possível que surja nem sequer essa vontade. E ela poderia operar mesmo *sem* que se desse uma situação revolucionária. Somente nas etapas finais do crescimento se dão as condições objetivas que criam os *pressupostos* de uma intervenção *coroad*a de êxito, vitoriosa, da classe trabalhadora. Como marxista *dialético*, é óbvio que as duas faces do processo, os elementos objetivos e os subjetivos, têm uma influência *recíproca* entre si. Não se pode “esperar” que se dêem primeiro as condições “objetivas” para *depois*, e só então, deixar agir as condições “subjetivas”. Mas, *com finalidades analíticas*, devo explicar o procedimento abstrato que consiste em isolar cada um dos elementos para aclarar as funções essenciais de todo elemento.⁵²

Alguém dizia que, mesmo quando na obra de Grossmann tenha que se rejeitar todo seu conteúdo, não se pode deixar de reconhecer que se trata de uma obra-prima na arte da interpretação. Frase contraditória, é verdade, mas que em sua última parte adjetiva de alguma maneira, corretamente, a obra de Grossmann, se é

que concordamos em que uma “obra-prima na arte da interpretação” é aquela que é capaz de calar fundo no que se quer interpretar, a que “descobre” a “essência” mesma do objeto que se tem diante de si. É certo que uma obra é passível de diversas leituras, mas no caso da obra marxiana a mais aproximada da “verdade” será aquela que esteja em condições de reconhecer como indispensável ponto de partida que “o ter elaborado o método em que se baseia a crítica da economia política por Marx é [...] um resultado que apenas desmerece em importância o da interpretação materialista fundamental”.⁵³ E, então, se se leva em conta que o *Revisionismus-Debatte* havia confinado a teoria até convertê-la num *corpus* de leis inalteráveis que levava a degradá-la no empirismo; se, além do mais, se recorda o desconhecimento dos *Grundrisse* por parte de Grossmann, então adquire maior importância essa “ruptura epistemológica” que o levará a afirmar que “o estado ainda insatisfatório da investigação sobre Marx e sua teoria deve ser atribuído ao fato de que até o presente não só não se alcançou uma compreensão clara do método de investigação utilizado por Marx, mas que — por estranho que pareça — nem sequer se refletiu sobre o mesmo”, pois tudo se limitou a aferrar-se aos “resultados conseguidos por tal teoria [...] mas no trajeto o método se perdeu”, esquecendo-se da “regra fundamental de toda investigação científica, que afirma que todo resultado — por interessante que seja — carece de valor se se desconhece o caminho por meio do qual foi obtido”.⁵⁴

Ainda que haja ciências que não o saibam, toda ciência, segundo Marx, segue o caminho do abstrato ao concreto. Assim, a proposta metodológica de se ir do abstrato ao concreto vai além do meramente metodológico, pois se expressa concretamente sobre a estrutura vigente da sociedade capitalista. É esse procedimento que Marx define como a forma científica correta de exposição. Algo claramente entendível, se se leva em conta que Marx procura demonstrar que na sociedade capitalista existe uma determinada conexão entre abstração e realidade. Se é certo que o concreto, como afirma justamente Hegel, pode se reproduzir somente no pensamento e este sempre é abstração científica e filosófica, então o concreto só pode ser construído no *medium* da abstração.

Como se sabe, toda ciência tem por objeto investigar e compreender a totalidade concreta conformada pelos fenômenos, por suas relações e por suas mudanças, mas na consecução de seus objetivos se encontra com a dificuldade de que os fenômenos não coincidem diretamente com a essência das coisas. Para Marx, dirá Grossmann, “os fenômenos *in se* são incompreensíveis, e ‘*prima facie* absurdos’ e não guardam qualquer relação com a ‘essência oculta’ das coisas”. Mas se cometeria um erro da mesma importância, ainda que em sentido contrário ao da economia vulgar, no caso de se limitar à análise dessa “essência oculta” recentemente descoberta sem empreender a volta à “aparência concreta”, cuja explicação é o que realmente interessa, isto é, “sem reconstruir os *múltiplos elos* que existem entre a essência e a forma fenomênica. Por isso — diz Grossmann — Marx vê nessa via do abstrato ao concreto ‘claramente o método cientificamente correto’”.⁵⁵ Basta citar Marx a esse respeito: “as determinações abstratas conduzem à *reprodução do concreto na via do pensamento*” se se leva em conta que “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento somente a maneira de apropriar-se do *concreto*, de reproduzi-lo como um concreto espiritual”.⁵⁶ A “tarefa da ciência”, em suma, consiste em encontrar os “elos” e os “termos de ligação” que levam da essência ao fenômeno concreto como condição para que a teoria, isto é, a essência das coisas, não entre em contradições com a realidade concreta.

Importa dizer, por outra parte, que a introdução da diferenciação entre essência e fenômeno exige o não levar em consideração os fatos tais como são, mas entendê-los em função daquilo que os fundamenta. Nessa reflexão, diz Krahl, “os fatos se transformam, pelo menos de acordo com a possibilidade lógica, e emerge justamente a possibilidade de se pensar uma sociedade melhor”. Será então através da reflexão, “que é a essência”, que se pode romper a aparente “naturalidade” dos fatos sociais. Assim, “a crítica hegeliana de essência e fenômeno se torna crítica da sociedade existente quando a essência resulta historicizada no sentido materialista e não fica exilada numa transcendência, como acontece ainda em Hegel”.⁵⁷

A essa concepção metodológica de Marx corresponde além do mais não só a estrutura de *O capital* mas, agrega Grossmann, o “procedimento de aproximação” (contraposto ao método de isolamento praticado pelos clássicos) freqüentemente empregado nessa obra e que tem expressão exemplar na “construção do esquema marxiano de reprodução”. É justamente a partir dessa “inovadora” leitura de Marx, da crítica à identificação direta de objeto, método e teoria, da reafirmação da unidade dialética de sujeito e objeto, em contraposição à versão neokantiana do marxismo, que ele tentará estabelecer em um novo nível a unidade metodológica e problemática de Marx. Isso lhe permitirá, por exemplo, ser o primeiro a reconhecer a importância da categoria do “capital em geral”, diferentemente dos “múltiplos capitais” (em seu livro maior afirmará que Marx toma por “objeto de sua análise ‘o capital em geral’”), e colocá-la no centro de uma reconstrução da teoria marxiana. Resultado esse mais que meritório, se se leva em conta que somente trinta anos depois Rosdolsky, com base numa detalhada e frutífera leitura dos *Grundrisse*, chamará a atenção a respeito da importância dessa categoria. É que ir além do nível do movimento real (ou o que é o mesmo: da concorrência) é um pressuposto necessário para se poder conhecer “o modo ‘contraditório’ em que se sustenta a lei do valor ou chegar-se à solução da ‘contradição’ implícita na teoria do valor trabalho. Essa solução só é possível se se faz uma distinção entre os dois ‘níveis de vigência’ da lei do valor: antes da concorrência e na concorrência, combinando-os depois dialeticamente”.⁵⁸

Desse modo, é precisamente o fato de ter reconhecido, a partir dos resultados metodológicos antes mencionados, o papel central da categoria de valor na teoria de Marx o que dá, depois de 50 anos, ainda atualidade à concepção grossmanniana. O valor — enquanto forma social específica e distintiva do modo de produção capitalista —, é certo, constitui um fenômeno de mercado, mas, além disso, é o fundamento do processo de acumulação ao mesmo tempo que é o limite que, através do freio do desenvolvimento, em razão da crise, anuncia o colapso do sistema, com o que revela seu caráter histórico e por isso transitório. Com a dominação do valor — e de suas formas desenvolvidas: dinheiro e capital — se realiza no seio da sociedade capitalista o crescimento das forças produtivas no interior das relações de produção com as quais, em determinado momento, entra em contradição. Pois bem, segundo Grossmann, a lei do valor é a expressão dessa unidade e contradição:

A lei do valor domina a totalidade do processo econômico do capitalismo, e posto que sua dinâmica e as tendências de seu desenvolvimento só podem ser compreendidas com base nessa lei, assim, seu fim — o colapso — deve ser igualmente explicado a partir da lei do valor.⁵⁹

O modelo marxiano da acumulação capitalista abstrai da realidade muitos aspectos com a intenção de pôr às claras a conexão interna do sistema. Para isso supõe uma troca de equivalentes de valor fundada no tempo de trabalho. O sistema é constituído de operários e capitalistas. Agora, essa concepção, fundada no valor e na mais-valia, é não só uma “primeira hipótese simplificadora”, mas representa uma abstração necessária para o conhecimento da situação concreta. Insistimos nisso para mostrar melhor que, para Marx, nesse sentido, a teoria do valor é a “ciência” da economia política. Compreende-se então que ela é mais do que uma “hipótese temporária”, desde o momento que continua tendo vigência inclusive depois que os aspectos da realidade concreta, omitidos num primeiro momento, são incluídos na análise. Então, a abstrata lei do valor governa a realidade independentemente de que esta última aparente se afastar dela. Em consequência, a lei do valor não é somente um instrumento de indagação, mas também uma parte da realidade, uma parte que, falando propriamente, pode ser desvelada não empiricamente, mas só por meio do pensamento. Não requer portanto correção alguma por parte da realidade, pois ela mesma é parte dessa realidade que determina sua dinâmica. Assim, para Grossmann, o modo abstrato com que Marx considera o valor é não só o pressuposto do conhecimento do mundo empírico, mas contém *in nuce* todo o mistério do desenvolvimento capitalista e de seu inevitável fim. Por isso, o puro exame do valor — que põe entre parênteses todas as categorias reais como a concorrência, o preço, o comércio externo e a forma particular em que se cinde a mais-valia: lucro, juros e renda fundiária — é capaz de subministrar a lei geral da acumulação capitalista. “A enorme força da obra de Marx — diz Grossmann — está precisamente em que pôde explicar a totalidade dos fenômenos próprios da produção capitalista a partir da lei do valor. Essa lei nos oferece, pois, a chave para a compreensão destes fenômenos, na medida em que configura um pressuposto tão inevitável como lógico para isso.” E, em outra parte, afirma que “a teoria do colapso [...] constitui um pressuposto necessário para a compreensão da teoria marxiana das crises, com a qual se encontra estreitamente entrelaçada. A solução de ambos os problemas nos é dada pela lei marxiana da acumulação, que resume a idéia central de *O capital* de Marx, ao mesmo tempo que ela mesma repousa sobre a lei marxiana do valor”.⁶⁰

Essa leitura da teoria marxiana do valor leva Grossmann a desprezar aquela outra que a considera como uma mera culminação da análise clássica; ao contrário, ele destaca o caráter de ruptura da análise de Marx a respeito da anterior. E a especificidade dessa concepção se apoiaria também nessa direção torpemente esquecida entre valor de uso e valor de troca. Para Grossmann, os clássicos permanecem atolados na forma valor que analisam, pois só tem cabimento uma teoria do valor de troca abstrato, ficando no esquecimento o papel dos valores de uso, da mesma maneira que, na análise da produção, se esquecem do processo real do trabalho. Assim, ao se descuidarem do papel que o valor de uso desempenha no processo de reprodução social, os clássicos não estão em condições de compreender a forma específica e concreta das relações sociais capitalistas. É precisamente por isso que Grossmann afirmará que “a teoria clássica é mais um sistema de deduções lógicas do que uma análise e uma representação das relações econômicas concretas”, o que é o mesmo que o processo de trabalho real e as relações de trabalho que envolve ficarem sempre à margem da análise. Contudo, enquanto a “realidade não é feita só de valor mas é, ao contrário, uma unidade de valores e valores de uso, em Marx a crítica parte da duplicidade dos fenômenos econômi-

cos, base na qual o caráter essencial da economia burguesa resulta da conexão específica do processo de valorização com o processo técnico do trabalho”.⁶¹

O ter reivindicado o papel fundamental que o valor de uso desempenha no processo de análise marxiana (subvalorizado e incompreendido pelos mais diversos intérpretes, desde Hilferding até Sweezy) é um mérito, por parte de Grossmann, que de nenhuma maneira fica atrás de outros já mencionados. Conviria, talvez, agregar, parafraseando Rosdolsky, que Grossmann, da mesma maneira que Engels, estava no caminho correto quando detectou o tratamento dado por Marx ao valor de uso na economia política, um dos exemplos paradigmáticos da aplicação do “método dialético alemão”.⁶² Usando outras palavras, se poderia dizer que foi a compreensão do “método dialético alemão” e sua aplicação por parte de Marx que permitiu a Grossmann “descobrir” o papel central que o valor de uso desempenha na análise marxiana e a importância chave que tem para a compreensão das relações capitalistas de produção.

É justamente o ter-se detido numa reconstrução cuidadosa e original do método marxiano de crítica da economia política o que permite a Grossmann demonstrar, por exemplo, que é a incompreensão da metodologia de Marx que possibilitou que a polêmica a respeito da validade dos esquemas de reprodução girasse equivocadamente levando em conta os valores e não os preços. Assim, quando o que se pretende é mostrar a tendência da acumulação e suas conseqüências na sociedade capitalista tomada globalmente, é válido partir da suposição de Marx segundo a qual os valores e os preços são idênticos, da mesma maneira que uma análise em termos de valores é correta do ponto de vista metodológico. Não é esse o caso quando se está instalado no terreno da teoria da proporcionalidade e se privilegia no esquema a relação recíproca entre os dois setores da produção, pois, nesse caso, não se pode deixar metodologicamente de lado os preços.

O resultado é, pois, o seguinte: 1) se no esquema são considerados somente os valores, são obtidas diferentes taxas de lucro em cada uma das esferas. O esquema é *irreal*. Só nesse tipo de esquema aparece um “resíduo não-comerciável”; 2) mas se se quer chegar à mesma taxa de lucro em todas as esferas, deve-se desprezar uma parte da mais-valia desde o setor II até o setor I. Toda a argumentação de Rosa Luxemburg vem abaixo. Em Marx, o esquema do valor é somente uma hipótese temporária, posteriormente os valores devem se transformar em preços, aproximando-se assim da realidade concreta. À luz desse problema você — diz Grossmann a Mattick — pode ver uma vez mais a importância do método de aproximação de Marx que consegui reconstruir.⁶³

Para destacar ainda mais a importância desses resultados de Grossmann e, por sua vez, mostrar a incompreensão de que foi objeto sua leitura de Marx e a fundamentação de sua (de Grossmann) teoria do colapso, é útil, tal qual faz Hermanin, fazer uma confrontação com a interpretação feita por Sweezy em *Teoria do desenvolvimento capitalista*. “A lei do valor — diz ele — é essencialmente uma teoria do equilíbrio geral desenvolvido em primeiro termo com referência à produção simples de mercadorias e adaptada depois ao capitalismo.”⁶⁴ Ao funcionar como um mecanismo de equilíbrio, então, a lei do valor está substancialmente afastada do processo de acumulação, com o que, de fundamento da crítica da economia capitalista, torna-se o princípio que explica e justifica sua existência. Por acaso quando ele afirma que “nada decide como se deve dar o esforço produtivo, ou quanto se deve produzir das diversas classes de mercadorias”, e que,

“contudo, o problema se resolve, e não de uma forma puramente arbitrária e ininteligível”, pois “a função da lei do valor consiste em explicar como acontece isso e qual é o resultado”,⁶⁵ não está dizendo com outras palavras que existe uma fratura entre a teoria do valor e a teoria da acumulação e das crises? O processo de acumulação deixa de ser então o desenvolvimento e a realização da lei do valor e se converte na resultante do complexo jogo de fatores empíricos atuantes historicamente em todo momento. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro, a respeito da qual Marx dizia que era a “lei mais importante da moderna economia política”,⁶⁶ é relativizada e instalada no plano da empiria, até Sweezy convertê-la em um só dos vários elementos das crises. É que dificilmente se pode chegar a concepções diferentes se se descuida dessa distinção fundamental para a análise marxiana entre plano da essência e plano do fenômeno. Desse modo, são justamente esses “descuidos” que o levam, por sua vez, a interpretar *O capital* antes de tudo como uma obra de reconstrução imediata do movimento empírico histórico-econômico. Insistimos: em sua análise Marx utiliza três planos distintos: 1) o plano da forma essência; 2) o plano da concorrência (superfície) e 3) o plano do movimento histórico-empírico.

Esse último nível — diz Hermanin — não foi tratado sistematicamente e se insere na obra somente para os efeitos de desempenhar uma função de exemplo ilustrativo. O próprio plano da concorrência não foi tratado senão fragmentariamente por Marx devido à não-complementação de *O capital*. Essa mesma não-complementação não foi contudo puramente casual. Ela é de fato um índice da importância que Marx atribuía a um adequado desenvolvimento do primeiro nível para a determinação e compreensão dos outros dois. E baseando-se nesse plano é como formula as duas leis fundamentais da acumulação e da queda tendencial da taxa de lucro enquanto expressão direta da forma histórico-social do modo de produção capitalista. Isso está de acordo com a colocação metodológica geral da “crítica da economia política” (fundada, por sua vez, na estrutura específica da sociedade capitalista).⁶⁷

A obra de Grossmann, objeto de tantas más interpretações, padeceu quase sempre da acusação de ser sustentada numa concepção mecanicista. Sweezy mesmo, afastado vários anos do clima (e dos condicionamentos) em que surgiram as principais reflexões do economista polonês, não pôde, contudo, evitar esses equívocos e alertava, referindo-se à teoria de Grossmann, “sobre os perigos do pensamento mecanicista na ciência social”. Chega-se necessariamente a tais conclusões se não se compreende a importância metodológica da abstração em Grossmann, ponto de partida indispensável para poder se estabelecer o nexos entre estrutura histórico-social e lei de tendência. Numa carta escrita a Mattick, em 1933, nove anos antes da aparição de *Teoria do desenvolvimento capitalista*, Grossmann diz a respeito que

precisamente por isso Marx é um dinâmico verdadeiro, em contraste com a economia burguesa que é essencialmente estática (“tendencial ao equilíbrio” que se realiza automaticamente: a crise deve, pois, chegar como *deus ex machina a partir de fora* do sistema). Em Marx, o desequilíbrio está relacionado com a essência do sistema.⁶⁸

Uma interpretação correta da crítica da economia política, fundada na distinção entre essência e fenômeno (Oscar del Barco diz que ao usar os “conceitos de essência e aparência Marx não se remete à problemática hegeliana, nem kantiana, mas usa um conceito esvaziado de uma sistemática [idealista] e carregado de

uma nova sistematicidade, cuja explicação exige a exposição de uma nova teoria [revolucionária]”⁶⁹ é o ponto de partida necessário para toda análise teórica do capitalismo e para a fundação de uma práxis revolucionária. Quando na carta dirigida a Mattick, em 21 de junho de 1931, Grossmann afirma que não está de acordo com aquela concepção mecanicista segundo a qual há que “esperar” que se dêem primeiro as condições “objetivas” para só depois deixar agir as condições “subjetivas”, pois como “marxista dialético” não pode deixar de reconhecer que as duas faces do processo, isto é, os elementos subjetivos e os objetivos, têm uma influência recíproca entre si, mas que, contudo, “para fins analíticos” deve explicar o procedimento abstrato através do qual se isola cada um dos elementos para depois desvelar as funções essenciais de todos eles; quando afirma que concorda com Lênin na medida em que “fala freqüentemente da situação revolucionária que deve se dar objetivamente como premissa para uma intervenção vitoriosa e ativa do proletariado”, ao mesmo tempo que afirma que sua “teoria do colapso não procura excluir essa intervenção ativa”, mas se propõe ao contrário “demonstrar em que condições pode surgir e surge de fato uma situação revolucionária desse tipo, de forma objetiva”; quando Grossmann reflete assim sobre essa problemática está gestando a base para uma possível conexão entre crítica da economia política e teoria revolucionária. E nessa conexão a *Darstellung* dialética constitui por certo um momento fundamental, imprescindível. A distinção entre “modo de investigação” e “modo de exposição”, que remete a outra distinção, como a que existe entre plano genético e plano morfológico, momento histórico e momento lógico, vai além de um mero significado epistemológico, pois, como salienta Rosdolsky, tem profunda implicação no âmbito político-revolucionário.

Se — como afirma Marramao — a escolha de um critério abstrato de exposição não é arbitrária (nem devida a tentativas puramente metodológicas), mas está vinculada à exigência de representar conceitualmente um processo de *abstração real*; se a exposição dialética de *O capital* descreve o desenvolvimento das formas categoriais que, em sua estrutura lógica, expressam o domínio real da abstração na sociedade capitalista, então a crítica da economia política é, mediante a *ação da Darstellung dialética*, penetração e ao mesmo tempo crítica de uma totalidade a-subjetiva governada pelo domínio do abstrato (trabalho abstrato/mercadoria). A crítica da economia política é, assim, por um lado, penetração da objetividade categorial como “modo de ser” (*Daseinsweise*) de uma totalidade especificada num presente histórico determinado e de sua “forma de pensamento” (*Denkformen*) reificada; por outro lado, é crítica imanente desta “objetualidade” (*Gegenständlichkeit*) enquanto expressão teórica de uma negatividade real e remissão a um processo lógico-histórico alternativo que tem sua gênese no âmbito do trabalho abstrato. É, ao mesmo tempo, crítica da “consciência” e teoria da revolução.⁷⁰

É assim que todos aqueles trabalhos dedicados a estudar a gênese e a estrutura de *O capital* e a refletir os momentos do estatuto epistemológico da teoria marxiana, e que tentam reconstruir os momentos fundamentais da investigação madura de Marx (teoria do valor e do dinheiro, relação essência-fenômeno, momento lógico-momento histórico, valor de uso-valor de troca) ajudam a tirar da crítica da economia política as categorias da teoria política, da teoria da crise e do Estado. É que da crítica da economia política, enquanto teoria da abstração real e, por sua vez, crítica da forma de consciência reificada, resulta o referencial obrigatório para uma “fundação científica da consciência de classe”, o que se conhece hoje com o nome de “problemática da constituição” (*Konstitutionsproblematik*).

Entende-se, então, por que é necessário remeter essa problemática à discussão teórico-política vinculada ao nosso presente histórico e por que a

urgência de uma recorrência teoricamente profunda e historicamente pontual do *Methodenstreit* interno ao marxismo e ao movimento operário para individualizar os momentos e as tentativas epistemológicas nos quais esteja eventualmente contida a colocação do problema da constituição (e da relação entre crítica da economia política e teoria da revolução, da qual constitui a base fundacional) ou nos quais estejam pelo menos presentes os pressupostos para um tratamento materialista deste problema.⁷¹

Por outro lado, a ressunção categorial do sistema capitalista como uma unidade contraditória definida do processo de reprodução social global expressa sobre o plano histórico-estrutural como tendência à crise remete ao tema cada vez mais atual e importante do Estado e de sua função no interior do mecanismo de valorização e de socialização do trabalho.

Importa, por último, dizer que é correto que a concepção de Grossmann não está isenta de dificuldades e deformações ideológicas derivadas do condicionamento histórico da discussão da qual participou; que é correto, então, que se pode encontrar, contudo, nele uma tendência — própria da Segunda Internacional — de reduzir a abstração de Marx — condicionada historicamente — a uma mera “hipótese”, de acordo com uma noção abstrata de “legalidade” científica, independentemente do próprio lugar histórico de origem, tudo o que o levará à “hipotetização” das categorias marxianas em instrumentos conceituais do “método de aproximação” ou “procedimento de aproximação”; que é correto inclusive que a gênese da consciência de classe do proletariado está em direta e exclusiva conexão com os períodos de crise, com o conseqüente risco que isso traz aparelhado de uma redução “objetivo-mecanicista do problema da constituição”; que é correto, enfim, que é possível registrar algumas outras limitações do pensamento e da obra de Grossmann. Mas, junto a elas, não é possível deixar de destacar importantes contribuições teóricas e metodológicas. Nesse sentido, talvez basta mencionar, entre as primeiras, a crítica à conhecida tese de Böhm-Bawerk sobre a contradição entre os livros primeiro e terceiro de *O capital*, apoiada numa falta de distinção entre o plano do “capital em geral” e o plano da “pluralidade de capitais”; e, entre as segundas, a demonstração do vínculo estrutural interno que une a crítica de Marx à economia política à Lógica de Hegel. São esses “resultados”, e outros já mencionados, que servem a Grossmann como ponto de partida para a análise do funcionamento da sociedade capitalista a partir do entrelaçamento de circulação e produção, reprodução e produção, política e economia; são eles que lhe permitiram captar as grandes transformações que estavam se dando na sociedade de sua época, a reestruturação de que eram objeto as grandes fábricas, por exemplo, e que parecia então o ponto de partida necessário para se poder captar e verificar a eficácia desse entrelaçamento no processo de reorganização social de conjunto do trabalho e do capital, que reproduzia em escala ampliada a contradição entre forças produtivas e relações de produção. Pois bem, se é certo que o “sujeito implícito” da análise grossmanniana é a grande empresa que revoluciona as técnicas e a organização do trabalho, então se pode concluir também “que o complemento teórico-político de seu ‘modelo’ não é a atitude de espera característica da ideologia da Segunda Internacional, mas a análise dos efeitos estruturais do taylorismo e do fordismo realizada por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*”.⁷² A constatação de que Gramsci não tenha conhecido diretamente o livro de Gross-

mann não o impediu de reconhecer sua importância, como de alguma maneira o prova o fato de que tratasse o “americanismo” como uma contratendência. E mais ainda, isso não é senão uma prova a mais de como a solução dos grandes problemas estratégicos do movimento dependia necessariamente da reativação das categorias da crítica da economia política e da nova fundação teórica do marxismo a nível da nova morfologia do modo de produção.

NOTAS

- ¹ K. H. Hennings, “Cenni biografici su Henryk Grossmann”, em Henryk Grossmann, *Il crollo del capitalismo* (Milão: Jaca Book, 1977), pp. 2-3. Esse artigo, o livro de Martin Jay dedicado à Escola de Frankfurt — *La imaginación dialéctica* (Madri: Taurus, 1975) — e o trabalho de Roberto Castañeda, em preparação, *Henry Grossmann e Fritz Sternberg: teóricos del derrumbe del sistema capitalista*, nos serviram de base para construir esta breve biografia de Grossmann.
- ² Martin Jay, *op. cit.*, p. 46.
- ³ K. H. Hennings, *op. cit.*, p. 4.
- ⁴ Giacomo Marramao, “Teoria do colapso e capitalismo organizado nas discussões do ‘extremismo histórico’” em Korsch, Mattick e Pannekoek, *Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?* (México: Ediciones de Pasado y Presente, 1978), pp. 16-18. [Ver “Teoria do colapso e capitalismo organizado nas discussões do ‘extremismo histórico’”, em Giacomo Marramao, *O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990), pp. 73-122 (Nota do tradutor).]
- ⁵ *Ibid.*, p. 7.
- ⁶ *Ibid.*, p. 9.
- ⁷ Mikhail Tugan-Baranovski, “Estudios sobre la teoría e historia das crisis comerciales en Inglaterra”, em Lucio Colletti, *El marxismo e el “derrumbe” del capitalismo* (México: Siglo XXI, 1978), p. 269.
- ⁸ *Ibid.*, pp. 269-270.
- ⁹ *Ibid.*, p. 271.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 263n.
- ¹¹ Mikhail Tugan-Baranovski, “Fundamentos teóricos del marxismo”, em Lucio Colletti, *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*, cit., pp. 256-257.
- ¹² Rudolf Hilferding, *El capital financiero* (Madri: Tecnos, 1963), pp. 272-273.
- ¹³ *Ibid.*, p. 286.
- ¹⁴ *Ibid.*, pp. 416-417.
- ¹⁵ Paul Mattick, *Crisis y teoría de la crisis* (Barcelona: Península, 1977), p. 131.
- ¹⁶ Rosa Luxemburg, *La acumulación del capital* (México: Grijalbo, 1967), p. 268.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 269.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 281.
- ¹⁹ Rosa Luxemburg, “Anticrítica”, em Rosa Luxemburg e Nicolai Bujarin, *El imperialismo y la acumulación de capital* (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1975), p. 12; ver também *A acumulación del capital*, cit., p. 380.
- ²⁰ Roman Rosdolsky, *Génesis y estructura de “El capital” de Marx* (México: Siglo XXI, 1978), pp. 545-546.
- ²¹ Otto Bauer, “La acumulación del capital”, em Lucio Colletti, *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*, cit., p. 344.
- ²² *Ibid.*, p. 360.
- ²³ *Ibid.*, pp. 363-364.
- ²⁴ Federico Hermanin, “Grossmann e Mattick. L’interpretazione della teoria marxiana dell’accumulazione e delle crisi”, em Mario Cagoy et alii, *Il comunismo difficile* (Bari: Dedalo Libri, 1976), pp. 48-49.
- ²⁵ V. I. Lênin, “El desarrollo del capitalismo en Rusia”, em *Obras completas*, tomo II (Madri: Akal-Ayuso, 1974), p. 24.
- ²⁶ *Ibid.*, pp. 24-25.
- ²⁷ V. I. Lênin, “Para una caracterización del romanticismo económico”, em *Escritos económicos (1893-1899)*, tomo 3 (México: Siglo XXI, 1974), p. 86.
- ²⁸ V. I. Lênin, “El desarrollo del capitalismo en Rusia”, cit., p. 52.
- ²⁹ *Ibid.*, p. 60.
- ³⁰ *Ibid.*, pp. 44 e 63.

- ³¹ Roman Rosdolsky, *op. cit.*, p. 524.
- ³² Paul Mattick, *Rebeldes y renegados* (Barcelona: Icaria, 1978), p. 54.
- ³³ Karl Kautsky, "Teorias de las crisis", em Lucio Colletti, *op. cit.*, p. 223.
- ³⁴ *Ibid.*, p. 207.
- ³⁵ Karl Kautsky, *Die Materialistische Geschichtsauffassung*, tomo II, p. 559; citado por Grossmann em seu livro, *La ley de la acumulación e del derrumbe del sistema capitalista* (2ª edição. México: Siglo XXI, 1984), p. 51.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 53.
- ³⁷ Paul Mattick, *Crisis y teoría de la crisis*, cit., p. 137.
- ³⁸ Henryk Grossmann, *La ley de la acumulación e del derrumbe del sistema capitalista*, cit., p. 36.
- ³⁹ *Ibid.*, p. 139.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 71.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 68.
- ⁴² *Ibid.*, p. 71.
- ⁴³ Federico Hermanin, "Grossmann e Mattick. L'interpretazione della teoria marxiana dell'accumulazione e delle crisi", em Mario Cogoy et alii, *Il comunismo difficile*, cit., p. 49.
- ⁴⁴ Henryk Grossmann, *La ley de la acumulación e del derrumbe del sistema capitalista*, cit. pp. 68-70.
- ⁴⁵ *Ibid.*, pp. 120-121.
- ⁴⁶ *Ibid.*, p. 130.
- ⁴⁷ Karl Marx, *Historia crítica de la teoría de la plusvalor* (Rosário: s/e e s/d), tomo II, p. 57.
- ⁴⁸ Henryk Grossmann, *La ley de la acumulación e del derrumbe del sistema capitalista*, p. 71.
- ⁴⁹ Henry Grossmann, "La transformación de los valores em precios em Marx y el problema de las crisis", em *Ensayos sobre la teoría de las crisis* (México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1979), p. 74.
- ⁵⁰ "Cartas de Henryk Grossmann a Paul Mattick", em *Ensayos sobre la teoría de las crisis*, cit., pp. 248 e 250.
- ⁵¹ Rocco Buttiglione, "Prefazio", em *Il crollo del capitalismo* (Milão: Jaca Book, 1977), p. XIV.
- ⁵² Henryk Grossmann, *Ensayos sobre la teoría de las crisis*, cit., p. 250.
- ⁵³ Friedrich Engels, "La Contribución de la crítica de la economía política, de Karl Marx", em *Introducción general a la crítica de la economía política* (1857) (México: Ediciones de Pasado y Presente, 1974), p. 128.
- ⁵⁴ Henryk Grossmann, *La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*, cit., p. 3.
- ⁵⁵ Henryk Grossmann, "La transformación de los valores em precios em Marx y el problema de las crisis", em *Ensayos sobre la teoría de las crisis*, cit., pp. 71-72.
- ⁵⁶ Karl Marx, *Introducción general a la crítica de la economía política*, cit., p. 58.
- ⁵⁷ Hans-Jürgen Krahl, "A Introducción de 1857 de Marx", em Karl Marx, *Introducción general a la crítica de la economía política* (1857), cit., p. 27.
- ⁵⁸ Gabriella M. Bonacchi, "Introducción", em *Ensayo sobre la teoría de las crisis*, cit., p. 22.
- ⁵⁹ Henryk Grossmann, *La ley de la acumulación e del derrumbe del sistema capitalista*, cit., p. 14.
- ⁶⁰ *Ibid.*, pp. 592 e 43-44.
- ⁶¹ Henryk Grossmann, *Marx, l'economia politica classica e il problema della dinamica* (Bari: Laterza, 1971), pp. 54 e 58-59.
- ⁶² Um tratamento detalhado da centralidade da distinção entre valor de uso e valor de troca pode ser visto em Roman Rosdolsky, *Génesis y estructura de "El capital" de Marx*, cit.
- ⁶³ Henryk Grossmann, *Ensayos sobre la teoría de las crisis*, cit., p. 257.
- ⁶⁴ Paul M. Sweezy, *Teoría del desarrollo capitalista* (México: FCE, 1977), p. 65.
- ⁶⁵ *Loc. e op. cit.*
- ⁶⁶ Karl Marx, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, tomo 2 (México: Siglo XXI, 1978), p. 281.
- ⁶⁷ Federico Hermanin, *op. cit.*, pp. 41-42.
- ⁶⁸ Henryk Grossmann, *Ensayos sobre la teoría de las crisis*, cit., p. 263.
- ⁶⁹ Oscar del Barco, *Esencia y apariencia en "El capital"* (México: Universidad Autónoma de Puebla, 1977), p. 66.
- ⁷⁰ Giacomo Marramao, "Teoria della crisi e 'problematica della costituzione'", em Mario Cogoy et alii, *Il comunismo difficile*, cit., pp. 86-87. [O ensaio de Giacomo Marramao, citado por Tula, sobre a *Konstitutionsproblematik* pode ser visto agora em Giacomo Marramao, "Teoria da crise e problema do Estado. À margem da *Konstitutionsproblematik*", em *O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologia da crise entre os anos vinte e trinta* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990), pp. 123-160 (Nota do tradutor).]
- ⁷¹ "Teoria della crisi e 'problematica della costituzione'", em Mario Cogoy et alii, *Il comunismo difficile*, cit., pp. 88-89.
- ⁷² Giacomo Marramao, "Teoria del derrumbe e del capitalismo organizado em las discusiones del 'extremismo histórico'", cit., pp. 47-48.